

## DECRETO Nº 666/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI - MG  
PUBLICAÇÃO Nº 666/2024  
Certifico para fins de comprovação que este (a) Decreto foi publicado (a) no quadro de publicações da prefeitura no período de 08/01/2024 a 21/01/2024.  
O referido é verdade e dou fé.  
Catuji 08/01/2024  
Ass. do Servidor [Assinatura]  
RG / Matrícula 2022

**Regulamenta a espécie de contratação direta denominada "dispensa de licitação", na forma física, nos termos do art. 72 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2.021, no âmbito do Poder Executivo do Município de Catuji/MG.**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CATUJI**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Orgânica do Município e, **CONSIDERANDO** o disposto no § 2º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **DECRETA**:

**Art. 1º** Este Decreto tem por objetivo regulamentar a espécie de contratação direta denominada "dispensa", de forma física, nos termos do art. 72 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2.021, no âmbito do Poder Executivo do Município de Catuji/MG.

### CAPÍTULO I

#### Da dispensa física

**Art. 2º** A Administração Pública do Poder Executivo de Catuji/MG, nos termos do art. 17, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2.021, poderá adotar a dispensa de licitação, na forma física, motivadamente, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível; e

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do §6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

**§1º** Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites, referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.



**§2º** Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

**§3º** O disposto no §1º deste artigo não se aplica às contratações de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, de que trata o §7º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**§4º** Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 337-E do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

## **CAPÍTULO II**

### **Do procedimento**

#### **Seção I**

#### **Da instrução**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI - MG  
PUBLICAÇÃO Nº 060/2024  
Certifico para fins de comprovação que este (a) Deputado foi publicado (a) no quadro de publicações da prefeitura no período de 08/01/2024 a 22/01/2024.  
O referendo é verdadeiro e dou fé.  
Catuji, 08/01/2024  
Ass. do Servidor [Assinatura]  
RG / Matrícula 2022

**Art. 3º** O procedimento de dispensa de licitação, na forma física, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, nos termos do Decreto nº 659/2024 que trata sobre a Pesquisa de Preços ou outro que possa substituí-lo.

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão de escolha do contratado;

VII - justificativa de preço, se for o caso; e

VIII - autorização da autoridade competente.

**§1º** Na hipótese de registro de preços, de que dispõe o inciso IV do art. 2º, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

**§2º** O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento.







## Seção IV

### Do fornecedor

**Art. 6º** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, se for o caso, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

V - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 7º** Caberá ao fornecedor certificar-se do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão licitante, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado no edital.

## CAPÍTULO III

### Do julgamento e da habilitação

#### Seção I

#### Do julgamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI - MG	
PUBLICAÇÃO Nº 666/2021	
Certifico para fins de comprovação que este (a) _____ foi publicado (a) _____	
no qual as publicações da prefeitura no período _____ a _____	
O refe _____	Inde e dou fe. _____
Catui _____	Ass. do Serviço _____
RG / Nacional _____	_____ 2022

**Art. 8º** Encerrado o prazo para envio da proposta e documentação, a Administração Pública do Poder Executivo de Catuji/MG realizará a verificação da conformidade das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, ordenando a ordem de classificação.

**Art. 9º** Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Administração Pública do Poder Executivo de Catuji/MG poderá negociar condições mais vantajosas.

**§1º** Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do §2º do art. 4º deste Decreto, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá



considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

**§2º** Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento ou em Certidão do agente de contratação, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

**Art. 10.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, observado o disposto nos §§1º e 2º do art. 9º.

**Art. 11.** Definida a proposta vencedora, a Administração Pública do Poder Executivo de Catuji/MG deverá solicitar, o envio da proposta, adequada conforme negociação, e, se necessário, de documentos complementares.

**Parágrafo único.** No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada com os respectivos valores readequados à negociação.

## Seção II Da Habilitação

PRAMA MUNICIPAL DE CATUJI - MG  
PUBLICAÇÃO .. 08/10/2024  
Certifico para fins de comprovação que este (a) Deivid foi publicado (a)  
no Diário Oficial de publicações da prefeitura no  
período de 08/10/2024 a 24/10/2024  
O Deivid e o Deivid  
Ass. do Servidor Deivid  
Trib. Municipal

**Art. 12.** Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe o art. 62, inciso I e III, da Lei nº 14.133, de 2.021.

**Parágrafo Único** - Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados concomitantemente à proposta, via e-mail ou protocolado no setor de licitações, até a data e horário devidos no edital.

**Art. 13.** No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

**Art. 14.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no art. 12, o fornecedor será habilitado.

**Parágrafo único.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.



## CAPÍTULO IV

### Do Procedimento fracassado ou deserto

**Art. 15.** No caso de o procedimento restar fracassado, a Administração Pública do Poder Executivo de Catuji/MG, poderá:

I - republicar o procedimento;

II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

**Parágrafo único.** O disposto nos incisos I e III caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

## CAPÍTULO V

### Da Adjudicação e homologação

**Art. 16.** Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CAPÍTULO VI

### Das sanções administrativas

#### Aplicação

**Art. 17.** O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Seção I

#### Das Orientações gerais

**Art. 18.** Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e recebimento de propostas e documentos observarão o horário de Brasília, Distrito Federal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI - MG  
PUBLICAÇÃO Nº 600/2024  
Certifico para fins de comprovação que este (a) Diário foi publicado (a) no Quarta de 24 de Março de 2024 a 24 de Março de 2024.  
O referido processo nº 01/2024 foi publicado.  
Catuji, 24 de Março de 2024.  
Ass. do Secretário [Assinatura]  
[Assinatura]

## Seção II

### Vigência

**Art. 19.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Catuji/MG, em 08 de Janeiro de 2024.

  
**MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI - MG  
PUBLICAÇÃO n.º 666/2024  
Certifico para fins de comprovação que este (a)  
Decreto foi publicado (a)  
no diário de publicações da prefeitura no  
período 08/01/2024 a 08/01/2024  
O reitor 08/01/2024  
Cariacá 08/01/2024  
Ass. do Secretário  
30/32

PREFEITURA DE  
**CATUJI**  
ADM 2021/2024  
*Construindo um Novo Tempo!*